

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CEOF e CCJ.

Em, 04, 06, 02.

Stuman Pinheiro Lima
Assessoria da Presidência

MENSAGEM
Nº 306 /GAG

Em 04/06/02
Assessoria da Presidência

Brasília, 15 de maio de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o incluso projeto de Lei que objetiva a criação da Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito, específica para os integrantes do cargo de Agente de Trânsito de que trata a Lei nº 681, de 25 de março de 1994.

Em continuidade às ações do meu Governo, na busca constante da valorização dos agentes públicos, encaminho a presente proposta que visa dispensar o devido reconhecimento a um grupo de servidores responsáveis pela fiscalização e policiamento do trânsito, por meio da instituição de uma Carreira exclusiva, que permitirá uma maior profissionalização dos mesmos, para o melhor desempenho das atividades que lhes são atribuídas por força do Código de Trânsito Brasileiro.

Diante do exposto e em face da relevância da proposta, conto com o indispensável apoio para que a matéria seja votada em caráter prioritário, ao tempo em que renovo a Vossa Excelência e demais ilustres Pares dessa Casa Legislativa protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

Joaquim Domingos Roriz
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL n.º 291/02
Fls. n.º 04

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GIM ARGELLO**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília – DF

PROJETO DE LEI Nº PL 2991/2002 12

Cria a Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito no Quadro de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito no Quadro de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, composta pelo Cargo de Agente de Trânsito, organizada em classes, padrões e quantitativos estabelecidos no Anexo desta Lei.

DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Art. 2º Compete aos Agentes de Trânsito:

I - exercer plenamente o poder de polícia de trânsito em todo o território do Distrito Federal, diretamente ou mediante convênios, na conformidade do disposto na Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

II - executar, acompanhar e defender o cumprimento dos atos do poder de polícia de trânsito;

III - representar à autoridade competente contra infrações criminais estabelecidas na legislação de trânsito, dentro de sua competência específica e de outras incursões criminais de que tenha ciência em razão do Cargo, ou que presencie, ou ainda mediante solicitação da autoridade policial, apresentando-lhes os infratores, quando for o caso;

IV - apreender materiais, equipamentos, objetos ou documentos que comprovem a prática de irregularidades ou ilícitos definidos na legislação de trânsito;

V - orientar a comunidade na interpretação da legislação de trânsito;

VI - prestar orientação técnica em assuntos de suas competências específicas;

VII - participar de campanhas educativas de trânsito;

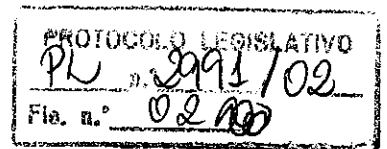
VIII - averiguar denúncias e reclamações relativas à circulação e o trânsito de veículos, fabricação de placas e itens de identificação veicular, colaborando com a autoridade policial, preservando a identidade do denunciante ou do reclamante, e adotar as medidas legais cabíveis;

IX - planejar, coordenar e supervisionar as ações de policiamento e fiscalização de trânsito, bem como a operação de tráfego, nos limites de sua competência;

X - promover a articulação interinstitucional, a cooperação técnica e participar da realização de ações conjuntas e/ou integradas, relativas a policiamento e fiscalização de trânsito;

XI - realizar estudos para levantamento de necessidades de melhoria dos procedimentos adotados, em assuntos relativos às atribuições de suas competências específicas;

XII - emitir pareceres e relatórios, relativos a questões relativas às suas atribuições;



4

XIII – lavrar autuação por infração de trânsito e demais atos correlatos, no pleno exercício do poder de polícia administrativa de trânsito, nas áreas sob jurisdição do órgão executivo de trânsito do Distrito Federal e naquelas em que haja convênio com a autoridade competente;

XIV – utilizar-se de todos os meios legais, inclusive veículos especiais e vigilância velada, para coibir infrações previstas na legislação de trânsito;

XV – exercer suas atividades de fiscalização, com livre acesso às dependências, documentação e/ou equipamentos operacionais de estabelecimentos ou veículos automotores sujeitos à fiscalização de trânsito, nos limites das competências do órgão executivo de trânsito do Distrito Federal;

XVI – exercer suas atividades com independência e autonomia;

XVII - proceder escolta de autoridades, quando solicitado;

XVIII – exercer outras atividades de natureza policial que lhe forem atribuídas, na forma da legislação vigente.

DO INGRESSO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 3º O ingresso na Carreira de que trata esta Lei far-se-á no Padrão I da Terceira Classe do Cargo de Agente de Trânsito, mediante concurso público.

Parágrafo único. Para o ingresso na Carreira será exigido diploma de conclusão de terceiro grau em curso reconhecido pelo Ministério da Educação e Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo, categoria B.

Art. 4º O concurso público de que trata o artigo anterior será realizado em cinco etapas, compreendidas por:

I - provas escritas de conhecimentos gerais e específicos;

II – teste de avaliação psicológica, compatível com as atribuições do Cargo;

II- teste de capacidade física, compatível com as atribuições do Cargo;

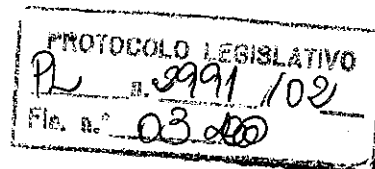
III - programa de formação, mediante Curso de Formação Profissional, realizado em estabelecimento de ensino voltado para a formação policial ou em estabelecimento próprio de ensino, que atenda os requisitos mínimos de formação e treinamento técnico-operacional para o exercício da função;

IV- investigação social, eliminatória, concomitante ao curso de formação profissional.

§ 1º Todas as etapas do concurso têm caráter eliminatório.

§ 2º Além do caráter eliminatório, a prova de conhecimentos gerais e específicos, servirá, também, para classificar os candidatos a ingresso na Carreira, visando a convocação para as demais etapas do concurso, conforme as necessidades e a quantidade de candidatos aprovados.

§ 3º Além do caráter eliminatório, o programa de formação profissional terá, também, o caráter classificatório, dentre os aprovados, que servirá para determinar a ordem de precedência entre os integrantes de uma mesma turma.



§ 4º Do Curso de Formação Profissional, entre outras matérias que contribuam para a qualificação técnico-profissional, constarão, obrigatoriamente, armamento e tiro, legislação penal e processual penal, legislação de trânsito, técnicas de abordagem, direção defensiva e em situação de urgência e emergência, técnicas de abordagem e condução de detidos, primeiros socorros, direitos humanos e cidadania, proteção ao meio ambiente, relacionamento interpessoal e conduta ético-profissional.

Art. 5º O candidato aprovado nas três primeiras etapas do concurso público de que trata o artigo anterior e inscrito no programa de formação profissional perceberá, a título de ajuda financeira, 40% (quarenta por cento) da remuneração fixada para o Padrão I da Terceira Classe do Cargo, até a data de nomeação para o Quadro de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal ou de desligamento do programa de formação profissional.

Parágrafo único. No caso de o candidato ser ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente em órgão da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do Distrito Federal, ficará o mesmo afastado durante o Curso de Formação Profissional, sendo-lhe facultado optar pela percepção da remuneração do Cargo ou emprego que ocupar, mantida a filiação previdenciária.

Art. 6º O desenvolvimento do servidor na Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito far-se-á mediante progressão e promoção.

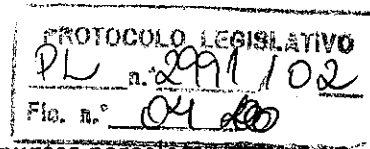
§ 1º Para os fins desta Lei, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção é a passagem do servidor de uma classe à outra imediatamente superior.

§ 2º Além do cumprimento do interstício, para efeito de promoção, o Agente de Trânsito deverá ser habilitado em Curso Especial de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, voltado para a especialização e o aperfeiçoamento do servidor na carreira, ministrado em estabelecimento oficial de ensino que atenda as necessidades da função, com carga horária mínima de 150 horas-aula.

§ 3º O interstício e demais requisitos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos no Regulamento Disciplinar da Carreira.

Art. 7º O Agente de Trânsito em estágio probatório exercerá suas atividades exclusivamente na Divisão de Policiamento e Fiscalização de Trânsito – DIVPOL.

DA REMUNERAÇÃO



Art. 8º A remuneração do Cargo de que trata esta Lei é composta das seguintes parcelas.

I – Vencimento Básico constante do Anexo;

II – Gratificação de Atividade instituída pela Lei nº 329, de 08 de outubro de 1992;

III – Gratificação de Apoio às Atividades de Trânsito instituída pela Lei nº 340, de 28 de outubro de 1992;

IV – Gratificação de Risco e Dedicção Exclusiva instituída pela Lei nº 2.622, de 14 de novembro de 2000.

V – Abono especial de que trata o Decreto nº 20.041, de 22 de fevereiro de 1999.

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 9º Os integrantes da Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito ficam submetidos à jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF estabelecerá escalas de trabalho, de acordo com a necessidade do serviço, podendo convocar a participar de operações especiais e/ou emergências e escalas extraordinárias os Agentes de Trânsito que estejam em atividades administrativas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

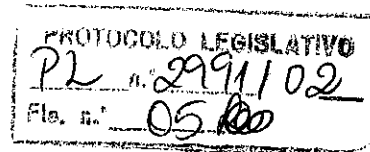
Art. 10. Serão exercidas, preferencialmente, por integrantes do Cargo de Agente de Trânsito:

- I - as funções de confiança das unidades vinculadas ao policiamento e a fiscalização de trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal;
- II - a coordenação de vistoria veicular e documental;
- III - a coordenação da central de operações de policiamento e fiscalização de trânsito;
- IV - a coordenação, supervisão e controle dos depósitos de veículos apreendidos;
- V - a coordenação de operação de tráfego nas regionais de trânsito urbanas.

Art. 11. O Cargo de Agente de Trânsito é atividade de Segurança Pública para todos os efeitos, inclusive quanto às identificações funcionais e distintivos, os quais deverão ostentar de forma legível o número de matrícula dos seus portadores, somente podendo lhes ser suprimidos, temporária ou definitivamente, após ato fundamentado do Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, desde que considerado culpado o Agente de Trânsito em processo administrativo disciplinar ou, em outras situações, na forma e prazos estabelecidos no Regulamento Disciplinar da Carreira.

Art. 12. Regulamento Disciplinar da Carreira será elaborado em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Lei, pelo Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF e submetido à aprovação do Governador do Distrito Federal, devendo conter, obrigatoriamente:

- I - os deveres e obrigações do Agente de Trânsito;
- II - as proibições;
- III - normas de utilização de equipamentos e viaturas oficiais;
- IV - condições de utilização de uniformes, distintivos e brasões, privativos dos integrantes da carreira;
- V - tipos de uniformes e identificações funcionais, em consonância com os modelos e padrões internacionalmente convencionados;
- VI - penalidades, observada a legislação vigente, incluídas a advertência escrita, a repreensão escrita e o afastamento, por até 30 (trinta) dias, do serviço externo;
- VII - condições de apresentação do Agente de Trânsito às autoridades judiciais, policiais e outras, mediante escolta, quando for o caso.



71

Art. 13. O disposto nesta Lei aplica-se aos aposentados e beneficiários de pensão da Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito.

Art. 14. Ficará a cargo do órgão o fornecimento de equipamentos e uniformes para o efetivo exercício das atribuições estabelecidas nesta Lei, e as condições de uso e cautela serão estabelecidas no Regulamento Disciplinar da Carreira.

Art. 15. Ficam extintos os Cargos de Inspetor e Agente de Trânsito da Carreira Atividades de Trânsito de que trata a Lei n.º 681, de 25 de março de 1994.

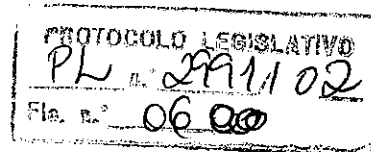
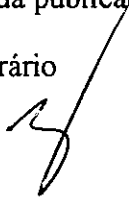
Art. 16. Os atuais ocupantes do Cargo de Agente de Trânsito da Carreira Atividades de Trânsito, serão enquadrados na Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito, na mesma classe e padrão atualmente posicionados.

Art. 17. Fica estabelecido o dia 19 de setembro como o Dia do Agente de Trânsito.

Art. 18. A aplicação do disposto nesta Lei não resultará em acréscimo de despesas.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário



ANEXO

Tabela de Vencimentos do Cargo de Agente de Trânsito

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO (R\$)	QUANTITATIVO
AGENTE DE TRÂNSITO	ESPECIAL	III	490,60	700 (setecentos)
		II	471,73	
		I	452,87	
	PRIMEIRA	IV	415,12	
		III	396,25	
		II	377,38	
		I	358,52	
	SEGUNDA	IV	339,65	
		III	320,78	
		II	301,90	
		I	283,04	
	TERCEIRA	V	264,17	
		IV	245,30	
		III	226,43	
		II	207,57	
I		200,00		

3

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL nº 2991/02
 Fla. nº 07